

A FORMAÇÃO DAS NOVAS GERAÇÕES DO MST E O CURSO MÉDIO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA, EM RIBEIRÃO PRETO-SP.

Frederico Daia FIRMIANO¹

RESUMO: Esse ensaio traz a formação do projeto pedagógico do MST, desde a sua fundação em 1979, até a formação de cooperativas de produção. A partir de 1990, nova estratégia traz o lema "resistir e produzir" nas terras que conquistam na sua luta. Posteriormente debate-se a necessidade da permanente conservação e renovação da chamada cultura camponesa, além da vinculação direta dos conteúdos presentes nas disciplinas escolares aos problemas cotidianos.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Formação técnica. Jovens.

ABSTRACT: *This essay describes the formation of the pedagogical project of the MST, since its foundation in 1979, until the formation of production cooperatives. From 1990, a new strategy brings the slogan "resist and produce" in the lands that are conquered in its fight. Later, the necessity of the permanent conservation and renewal of the so called countryside culture is discussed, as well as the direct entailing of the daily problems present in school disciplines.*

KEYWORDS: *Landless Workers Movement - MST. Technical formation. Young people.*

Introdução

Primeiras experiências e concepções de formação no MST

Desde sua primeira experiência de luta, que remonta ao acampamento nas fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta-RS, ainda no ano de 1979, emerge o problema da formação e educação das novas

¹ FESP - Fundação de Ensino Superior de Passos. Faculdade de Comunicação Social de Passos. Passos- MG - Brasil. 37900-106 - fredericodaia@hotmail.com

gerações integrantes do MST, pois, passando a participar do movimento, crianças, adolescentes e jovens, na companhia de seus pais ou referências adultas, afastavam-se da escola e do processo pedagógico formal.

Além disso, outro aspecto colocava a educação/formação no projeto político do movimento. Uma vez ocupado o território, emergia o problema da organização da produção no assentamento e, no interior deste, a formação daqueles grupos de famílias para o trabalho.

Assim, de seu surgimento até os idos de 1989/1990, ao lado da escolarização das crianças, o MST se dedicou a formação profissional de seus membros, através de cursos sobre economia política e cooperação agrícola, buscando orientar a constituição de associações e sistemas cooperativistas de produção.

Inicialmente, a questão fundamental foi a de aprofundar e aperfeiçoar experiências educativas improvisadas nos acampamentos que, mais por circunstâncias do que por princípio, permitiam a “naturalidade” do ato de aprender, o entrelaçamento com a vida cotidiana dos pais, professores e crianças (MST, 2005, p.18). Concebeu-se que a escola deveria ser desenvolvida pelo conjunto dos acampados e/ou assentados. Além disso, tendo o trabalho como referência central de sua luta, a educação deveria vincular-se às propostas de cooperação no trabalho.

A partir do 2º Congresso Nacional do MST, realizado de 8 a 10 de maio, em 1990, na cidade de Brasília-DF, muitas transformações ocorreram no movimento, a começar pelo seu lema, que passaria a ser “Ocupar, resistir e produzir”. Além da intensificação das ocupações de terra e da profunda reorganização das formas de produção, Maria do Socorro Militão (2008, p.185) aponta o afastamento da Igreja Católica e das organizações sindicais, os elementos que teriam obrigado o MST a “[...] voltar-se para dentro, estabelecendo novos objetivos, dentre os quais, a ampla formação de quadros políticos, a criação de lideranças e o fortalecimento da aliança entre os camponeses e operários.”²

Não por acaso, no documento aprovado no 6º Encontro Nacional do MST, realizado em Piracicaba-SP, em fevereiro de 1991, a educação

² Além disso, a década de 1990 será aquela na qual o MST volta-se para o investimento em tecnologias alternativas, para a preservação dos recursos naturais e alimentos sem agrotóxicos, com a predominância do sistema cooperativista. Desse modo, em 1992 o Setor dos Assentados se organiza como Setor de Produção, passando a constituir o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Em 15 de maio do mesmo ano, forma-se a Cooperativa da Reforma Agrária do Brasil Ltda (CONCRAB), em Curitiba-PR. Em 1993 é organizado o Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), “[...] que ofereceria um curso básico sobre legislação, com disciplinas específicas sobre administração de cooperativa e ressaltando os valores e objetivos do MST [...]”, dentre outras medidas técnicas e políticas no interior dos assentamentos, com o objetivo de ampliar a produtividade e provar a necessidade de promover a reforma agrária no Brasil (MILITÃO, 2008, p. 185).

ganhou lugar de destaque, sendo definidas como linhas políticas prioritárias:

[...] as escolas de ensino fundamental dos assentamentos, que deveriam se transformar em instrumentos de formação de militantes do MST e de outros movimentos sociais com projetos políticos alinhavados ao dos sem-terra; a educação, que teria o papel de proporcionar às crianças conhecimentos e experiências de transformação social, a partir do acampamento ou do assentamento onde viviam; a prática de educação nas escolas do MST, que deveria ter como princípios e valores educativos fundamentais o trabalho e a organização coletiva. (MST, 2005, p.29).

Em julho de 1991 foi elaborado outro documento, intitulado "O que queremos com as escolas dos assentamentos", onde o MST reafirma tanto a metodologia, quanto os conteúdos da educação escolar dos sem-terra. Novamente, preparar as futuras gerações para a militância e liderança políticas, ao lado da formação para o trabalho nos assentamentos, é objetivo fundamental do movimento. Junto com este, as escolas devem ensinar a ler e a escrever a realidade; ensinar pela prática; preparar o educando para o trabalho manual e intelectual; ensinar a realidade local e geral. Para tanto, definiu-se alguns princípios, quais sejam:

[...] que a escola é um lugar de estudo e de trabalho, onde se aprende a organizar; que todos os acampados e/ou assentados devem participar ativamente da escola, constituindo coletivos para indicar suas diretrizes gerais e específicas; que todos os seus conteúdos devem se associar à vida, partir e retornar à prática social dos indivíduos. (MST, 2005, p.31-37).

Desse documento resulta outro, editado em agosto de 1992, "Como deve ser uma escola de assentamento", que apresenta as referências teórico-práticas para os assentamentos organizados pelo MST ocuparem seus espaços escolares em consonância com as diretrizes gerais do movimento: a escola de assentamento deve preparar as crianças para o trabalho no meio rural; deve capacitar para a cooperação no trabalho e na vida social, para refletir e qualificar experiências de trabalho produtivo das crianças no assentamento; e, também, ajudar no desenvolvimento cultural dos assentados, inspirada na cultura popular camponesa,

resgatando-a. Além disso, deveria levar os sujeitos em formação ao conhecimento científico a partir da experiência prática. Num último ponto, podemos vislumbrar os conteúdos político-ideológicos presentes na concepção de formação do MST, já no início da década de 1990, oriundos da significativa influência dos setores progressistas da Igreja Católica no movimento. São eles: “[...] a disciplina pessoal vinculada à organização coletiva; a perseverança no esforço; o amor ao trabalho e ao estudo - espírito de sacrifício - crítica séria e fraternal; a organização pessoal; a honestidade e a capacidade de encontrar a felicidade no meio da luta.” (MST, 2005, p.39).

Dessas concepções gerais, emergem outros documentos dirigidos aos assentamentos, nos quais são apontados, em maior ou menor grau, elementos gerais e específicos para a construção da escola do MST. Dentre eles, destacam-se: “Como fazer a escola que queremos”, de 1992; “A importância da prática na aprendizagem das crianças”, de 1993; “Escola, trabalho e cooperação”, publicado em maio de 1994 e “Como fazer a escola que queremos: o planejamento”, de janeiro de 1995. Todos reafirmam a necessidade da construção da prática pedagógica a partir da realidade concreta dos assentamentos e do contexto geral da questão agrária brasileira; expressam a concepção geral do MST de que a educação deve vincular-se a luta pela terra, integrando ao seu repertório, de um lado, a centralidade do trabalho cooperativo no âmbito dos assentamentos, e de outro, o trabalho como princípio educativo. Esses documentos indicam a necessidade da permanente conservação e renovação da chamada cultura camponesa nas expressões cotidianas e dos grupos de famílias que integram as bases da luta pela terra, além da vinculação direta dos conteúdos presentes nas disciplinas escolares aos problemas cotidianos. E, aspecto fundamental, enfatiza a formação de crianças.

A base filosófico-pedagógica da formação das novas gerações.

Em 1995, o MST realiza seu 3º Congresso Nacional, na cidade de Brasília, de 24 a 27 de julho. Em virtude das transformações que vinham ocorrendo com a expansão do agronegócio no Brasil e, com este, o aprofundamento da situação de miséria vivida por trabalhadores do campo e da cidade, aliada ao descenso da atuação política dos movimentos sociais populares no Brasil, seu lema foi “Reforma Agrária: uma luta de todos”. Os objetivos do MST deveriam se concentrar na elevação da reforma agrária em bandeira de luta de todas as forças progressistas presentes na sociedade brasileira, para a sensibilização popular da questão da agrária no País e a condição de existência do trabalhador rural brasileiro. Além disso, o movimento haveria de ampliar

os canais de diálogo com o governo federal. Permanece presente a perspectiva de formação política que, naquele momento, deveria ser feita "em massa". Contudo, foi a formação técnica e moral das novas gerações que ganhou o centro das atenções junto ao movimento.

A base político-ideológica da formação das novas gerações foi refletida e expressa no Caderno de Educação nº 8, publicado em julho de 1996, sob o título "Princípios da Educação no MST", cujo texto final é de Roseli Salete Caldart. Nesse documento são elaborados os princípios filosóficos que expressam a visão de mundo e as concepções do MST acerca do ser humano, do processo educativo, da lógica que deve engendrar a produção da existência humana e os princípios pedagógicos correspondentes. Já naqueles anos, a educação/formação incluía pelo menos escolas de ensino fundamental dos assentamentos; escolas (legais ou não) dos acampamentos; alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos dos acampamentos e assentamentos; educação infantil (0 a 6 anos) nas creches, nas pré-escolas; escolarização da militância em cursos supletivos ou em cursos alternativos de ensino fundamental, médio e ensino superior; cursos de formação profissional de professores, de monitores, de educadores infantis, de outros formadores (MST, 2005).

Seu primeiro princípio filosófico é a **educação para a transformação social**: é no horizonte da vinculação direta com os processos sociais, com os quais esses sujeitos se envolvem que podemos vislumbrar um dos aspectos da educação do movimento que inclui: a educação de classe, que seleciona e organiza determinados conteúdos, que cria métodos na perspectiva de atender aos objetivos da luta pela terra. A educação massiva, ou seja, para todos, indiscriminadamente. A educação organicamente vinculada ao MST, às suas lutas, seus objetivos; a educação aberta para o mundo, que significa que a educação deve atender aos objetivos do MST, mas também ir além, no sentido de ampliar os horizontes filosóficos e culturais do indivíduo e do grupo. A educação para a ação, ou a preparação de sujeitos capazes de intervir e transformar a sociedade presente e a educação aberta para o novo, para entender e construir novas reações sociais que emergem dos processos políticos, econômicos e sociais mais amplos (MST, 2005).

Seu segundo princípio filosófico é direcionado à **educação para o trabalho** e à cooperação.

Para o MST [...] uma educação voltada para a realidade do meio rural é aquela que ajuda a solucionar os problemas [...] no dia-a-dia dos assentamentos e dos acampamentos, que forma os trabalhadores(as) para o trabalho no meio rural". A formação para a cooperação é, portanto, elemento

estratégico para a educação que visa a construção de novas relações sociais de produção. (MST, 2005, p.163).

Entenda-se a utilização do termo realidade como cotidiano rural.

A **educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana** se constitui como o terceiro princípio filosófico. É definida a partir do conceito marxiano de omnilateralidade, que diz respeito ao desenvolvimento integral, inteiro do indivíduo, de todas as suas dimensões e potencialidades.

Estamos defendendo então que a educação no MST assuma este caráter de onilateralidade, trabalhando em cada uma de suas práticas, as várias dimensões da pessoa humana e de um modo unitário ou associativo...". Assim, a educação deve dedicar-se à formação político-ideológica, técnico-profissional, organizativa, do caráter, à formação cultural e estética – em sentido estrito -, e a formação afetiva e religiosa. (MST, 2005, p.163).

Outro princípio filosófico do MST é constituído por **valores humanísticos e socialistas**. Para o Movimento, esses valores são aqueles que colocam o sujeito no centro do processo de transformação da sociedade e da pessoa humana, como a indignação perante as injustiças, a solidariedade nas relações inter-pessoais, o respeito às diferenças culturais e étnicas, de gênero; a sensibilidade ecológica, além da disciplina no trabalho e a força da militância política; o cultivo do amor pelas causas do povo e do afeto pelas pessoas, o espírito de sacrifício diante das tarefas necessárias à causa do bem-estar coletivo, entre outros. Valores que poderíamos chamar de bases de construção de um socialismo cristão fortemente presente no MST. Por fim, integra seus princípios filosóficos, a idéia de **educação como processo permanente de formação e transformação da pessoa humana**.

A partir de 1997, as transformações ocorridas no MST, sua ampliação como movimento de luta, bem como reorganização política interna, impuseram a necessidade de se reavaliar as divisões sistemáticas entre as concepções e práticas de formação e educação. Um aspecto importante que marca a compreensão do MST acerca das práticas voltadas à educação e formação diz respeito à redefinição dos espaços onde se produz o ato formativo e educativo. Roseli Caldart (2004, p.280) explica que,

[...] há, pois, uma tendência de ajuste nas concepções: *formação* no MST não é mais apenas formação política e ideológica de militantes sem-terra jovens e adultos; *educação* não é mais apenas escolarização das crianças acampadas e assentadas; a formação também pode acontecer na escola; a educação não acontece apenas na escola; formação e educação são tarefas históricas, de longo prazo, tendo em comum um horizonte de gerações e não apenas de pessoas com necessidade de preparo imediato.

O próprio processo de luta passa a ser concebido como espaço de formação dos sem-terra. A esse respeito, Kelli Marfort³ diz:

Nós acreditamos que todo processo de luta é um processo formativo [...] Nós procuramos diferenciar: existem espaços de formação sistematizada que nós valorizamos, achamos importante, até por conta do quanto a classe trabalhadora foi alijada desse processo, de ter oportunidades de agarrar o conhecimento [...] mas também existe a produção de um conhecimento gestado na luta, na ótica de quem está vivendo as contradições do capitalismo “na ponta” [...] A formação sistematizada é importante, no entanto, todo o processo de luta é fundamental para a questão da formação, sobretudo, do ponto de vista dos movimentos da consciência.

Dessa forma, também para o MST, a luta política é considerada como o movimento de formação da consciência do sujeito que dela participa:

No movimento o próprio trabalho anterior à ocupação de terras, que é o trabalho de base para convidar as pessoas para a ocupação, está envolvendo um processo de formação muito grande. Quando a gente faz a ocupação e as famílias participam de todo esse processo, elas tampouco têm todos os elementos da luta política, do enfrentamento contra o agronegócio. Elas estão motivadas, eles estão lá por que querem a terra. No processo elas vão descobrindo uma série de elementos [...] A melhor maneira de você entender como funciona a sociedade é naqueles dias da ocupação [por que

³ Kelli Mafort em entrevista concedida ao autor em 06 de Maio 2008.

é quando] [...] a classe se organiza, faz a ocupação e enfrenta todo aquele modelo, [sente] como o Estado reage, o poder do proprietário, que entra com a reintegração de posse, a polícia, o poder judiciário, como é que as elites locais se movimentam, [...] a opinião do padre, do médico, do advogado, do estudante. Então, nesse processo, [...] a consciência daquela comunidade está fervendo, está aberta, talvez, para o que ela nunca pensou em trinta, quarenta anos da sua vida. Às vezes, em um dia ela consegue compreender uma série de elementos⁴.

É na relação dialética entre a experiência da luta social e a reflexão metódica, posteriormente dada na "sala de aula", que se constitui o processo de formação das novas gerações para o MST. Nessa perspectiva, a formação de sujeitos deve ser um movimento contínuo:

[...] se depois do processo de luta, do enfrentamento, da ocupação, se essa comunidade cai num processo de acomodação, [...] se aquela comunidade não é capaz de desenvolver algo que a consciência não esteja em constante movimento, então, nós acreditamos que aí o processo de formação se perde. Por que, de fato, a pessoa pode até lembrar com boas recordações o processo de ocupação, no entanto, a pessoa fica com a cabeça em outras coisas [...] Então, o que a gente tem procurado fazer é, e para nós mesmos, ir ampliando essa concepção de formação. Nós temos, ainda, uma tendência muito forte a nos agarrar na sala de aula. Isso é fundamental, mas como dar valor a isso, mas também abrir para todo o universo que a luta política nos proporciona e, ao mesmo tempo, refletindo sobre isso nos processos que você vai travando na luta?!⁵

Os jovens como "intelectuais profissionais" do MST

Em janeiro de 2005, com o intuito de constituir-se em um espaço da formação política e ideológica do MST, foi inaugurada a Escola Nacional Florestan Fernandes, no município de Guararema-SP. Com isso, consolidou-se a idéia-força de que a formação política deve ser seu eixo fundamental, sendo concebida como:

⁴ Kelli Mafort em entrevista concedida ao autor em 06 de Maio 2008.

⁵ Kelli Mafort em entrevista concedida ao autor em 06 de Maio 2008.

[...] um processo amplo e abrangente, que se realiza integralmente, seja através de cursos, reuniões ordinárias, ações coletivas, etc [e que] [...] abrange diferentes momentos e estratégias [que] se constrói no cotidiano das lutas empreendidas pela organização. Esse processo deve ser programado e desenvolvido para atender os diferentes níveis: base, militantes e dirigentes-quadros da organização. (PIZETTA, 2007, p.242).

À formação política, tal como concebida pelo MST, correspondem os conteúdos teóricos que contribuem de forma direta para a transformação das relações sociais presentes; que permitam uma maior aproximação entre os quadros dirigentes e as bases; que preparem os sujeitos da luta pela terra para a função de dirigentes da sociedade brasileira a partir da criação de bases de uma nova cultura, constituída pela capacidade criativa e imaginativa; por fim, “[...] **esses processos devem contribuir para a formação de revolucionários**, sujeitos com elevado nível de conhecimentos especializados e de cultura humanística.” (PIZETTA, 2007, p.246, grifo nosso).

Com isso, o MST se impunha a tarefa de formar de *intelectuais* da fração da classe trabalhadora que representa, sujeitos com ampla formação humanística, geral, “dessinteressada” e, ao mesmo tempo, técnica, profissional. Nos termos já definidos por Antonio Gramsci ainda nos idos de 1920, tratava-se, pois, de pensar o processo formativo como produtor de novos sujeitos, responsáveis por conferir consistência política, homogeneidade à sua função econômica e social do grupo. Desse ponto de vista, a função última do processo formativo dos sujeitos sem-terra seria a de dar conteúdo e forma ao exercício da hegemonia da classe trabalhadora, organizando a cultura por meio de inúmeras atividades que vão desde a produção científica, filosófica, até o trabalho desempenhado no interior dos lotes, nos assentamentos.

Os objetivos da Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST se destacam pela necessidade de: *a)* impulsionar o desenvolvimento da consciência política e organizativa dos militantes e dirigentes; *b)* organizar e promover atividades de formação com caráter de estudo, reflexão, análises e debates sobre temas conjunturais e estratégicos em parcerias com instituições de ensino superior ou outras entidades e movimentos de diversas partes do mundo⁶; *c)* formar quadros políticos para o conjunto da

⁶Segundo Kelli Mafort, atualmente, são cerca de cinco mil sem-terra em cursos de ensino médio, graduação, especialização e mestrado. Algo possibilitado a partir de convênios que o MST estabeleceu com universidades brasileiras estaduais e federais, além de convênios com países como Cuba, Venezuela e Bolívia. São cursos de agronomia, direito,

classe trabalhadora, independente do setor ou área de atuação dos militantes ⁷; *d*) utilizar-se do conhecimento científico para fortalecer e obter maior clareza sobre os princípios políticos, organizativos, zelando pela unidade política e ideológica do Movimento; *e*) contribuir na busca de soluções para os desafios que a organização enfrenta; *f*) desenvolver análises sobre a realidade, tanto local, como geral, tendo como meta a qualificação do(s) instrumento(s) (organização e lutas), visando a transformação das realidades em que os dirigentes atuam; *g*) fazer o registro e memória das lutas pela reforma agrária, das lutas dos povos do mundo, em especial da América Latina, assim como das análises e proposições políticas dos diferentes movimentos e redes em que atuam no continente; *h*) desenvolver seminários de troca de experiências, estudos e definições comuns, entre os diferentes movimentos e centros de educação popular que atuam no continente latino-americano, analisando as diferentes teorias pedagógicas, as diferentes concepções de formação enriquecendo as particularidades de cada uma, na busca de uma formação integral dos quadros que estão envolvidos nos processos de educação popular e formação política (PIZETTA, 2007).

Do ponto de vista do método gramsciano, o intelectual do MST emerge no movimento de ocupação do território, desenvolvendo-se no acampamento e no assentamento rural até o movimento político amplo da organização de luta, por meio de atividades sistemáticas, permanentes, orgânicas dadas em cada uma dessas etapas. Funções que lhes são atribuídas em cada frente de luta de que participam (setor de comunicação, cultura, produção, entre outros). Assim, os intelectuais do MST são os que têm presente, no seu cotidiano, funções dirigentes que marcam a atividade específica “profissional” no contexto do assentamento ou do movimento social.

O Curso Integrado Médio Técnico em Agroecologia

Na primeira década do novo século, o MST chega aos seus vinte e cinco anos de lutas, acumulando e sistematizando saberes que orientam um conjunto amplo e complexo de atividades e ações de formação

medicina, artes, pedagogia, além de cursos de licenciatura nas diversas áreas do saber e outros que, de alguma maneira, se vinculam com os objetivos gerais do MST no que tange à organização política, as formas de produção nos assentamentos e a sociabilidade que se pretende imprimir nos assentamentos.

⁷Por muito tempo imperou no MST a ideia de que o estudante em formação deveria, necessariamente, “retornar” ao movimento com os novos conhecimentos adquiridos. Hoje, essa concepção foi ampliada. Para o MST, o conhecimento adquirido deve, necessariamente, “retornar” à luta social, ainda que esta seja travada por outros grupos ou forças políticas presentes no contexto latino-americano. Disso decorre, também, o critério para que a escolha, na base, daqueles que ingressarão nos programas de formação/educação do MST.

cultural, político-ideológica, humanística e técnico-profissional de seus quadros. Voltamo-nos, em pesquisa de Mestrado concluída no ano de 2009, à reflexão da experiência de formação cultural de jovens do assentamento "Mário Lago", em Ribeirão Preto-SP, revelando que o jovem de tipo intelectual do MST é aquele que, ao longo do processo de luta passa a ser reconhecido pela organização/direção do movimento como potencial militante. Com isso, vai viver a luta política, seus caminhos, descaminhos, de uma forma distinta dos demais, deixando, inclusive, de viver o cotidiano do assentamento. Assim afirmamos que esses jovens

[...] passam a maior parte do tempo fora do assentamento, junto do movimento. O retorno ao assentamento é sempre em circunstâncias geradas pela luta, como atos políticos, mobilizações, assembléias, discussões junto à comunidade, ou então, para reencontrar a família, rever os amigos, quando não estão em alguma tarefa pelo MST. Esses jovens integram processos de luta em todo o país, discutem questões políticas junto a instâncias em várias frentes de organização política interna ao Movimento Sem-Terra (produção, formação, cultura, comunicação...); integram lutas em solidariedade a outros movimentos sociais nacionais e internacionais, no Brasil e no exterior [...] (FIRMIANO, 2009, p.167).

Outros jovens, dissemos no mesmo trabalho, vivem o cotidiano do assentamento rural, junto de suas famílias, junto de seus iguais e, não tendo ainda despontado como intelectuais, têm suas vidas orientadas pela lógica da família. "Se para alguns o MST é a instância de disciplina do cotidiano, para outros jovens, é a instituição familiar". Mais: " [...] se no primeiro caso, a disciplina dos jovens está associada a sua intensa participação política junto às frentes de luta do movimento, no segundo caso, a disciplina da família não implica no seu envolvimento político junto ao assentamento [...]", senão no âmbito do trabalho produtivo. (FIRMIANO, 2009, p.221). Com isso, esses jovens se integram, por vezes, a processos de formação para o desempenho de atividades produtivas junto do assentamento onde vivem, nos centros de formação profissional do MST. Entre eles, encontramos o curso Médio Técnico em Agroecologia, em Ribeirão Preto-SP, contexto marcado por um processo de desenvolvimento apoiado pela grande propriedade rural e pela "vocação" para a exportação de *commodities*, onde se trava, desde o final da década de 1990, a luta contra o modelo "agronegócio" da produção de cana-de-açúcar e etanol.

O curso de médio técnico se insere na perspectiva do MST da criação de outro projeto de desenvolvimento para o espaço rural, a partir de um horizonte de sustentabilidade apoiado pela matriz tecnológica da agroecologia. A proposta de curso integrado de ensino médio e ensino técnico para as novas gerações dos assentamentos rurais do movimento visa a criação de novos princípios organizadores da atividade rural, por meio da formação técnica, da escolarização, da formação humanística geral e da formação política.

José Batista de Oliveira, da direção nacional do MST, explica que a agroecologia é uma filosofia de relação entre homem e natureza, cujo epicentro está em “[...] produzir de forma que não agrida o meio ambiente e a natureza [...] [potencializando] a biodiversidade”. Nesse horizonte, prossegue:

O que nos interessa é a lógica onde a vida esteja acima do lucro. A produção da vida das famílias assentadas e das comunidades dos assentamentos não deve ser com base na exploração do trabalho, monocultura e muito menos na produção de alimentos envenenados para as pessoas que vão consumir. Pensar em agroecologia é pensar cada vez mais em diminuir a dependência de compras de insumos, venenos e semente (OLIVEIRA, 2008, p.5).

Como relatamos em nossa dissertação de Mestrado, a proposta do curso surgiu no Encontro Sudeste do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA⁸, no ano de 2004, em Vitória-ES, a partir da articulação do MST com parte da coordenação do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza-CEETEPS.

Na época, desenvolvia-se a experiência do Curso Técnico de Gestão em Assentamentos Rurais, oferecido pela parceria entre o Centro Paula Souza, o PRONERA, a Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, através da Faculdade de Engenharia Agrícola-FEAGRI e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil-CONCRAB. Formou-se uma equipe de trabalho em janeiro de 2005, a fim de discutir a ampliação da educação profissional e média nos assentamentos de reforma agrária. Em maio de 2005, firmando-se um compromisso desta equipe de trabalho, com um planejamento de atividades, foi assinado um Termo de Cooperação Técnica entre os parceiros, com intuito de elaborar a proposta do Curso Integrado Médio Técnico em Agroecologia. Atualmente, o projeto

⁸ O PRONERA foi criado em 16 de abril de 1998 e emerge da luta dos trabalhadores rurais pela criação de uma política no âmbito do governo federal, executado pelo INCRA e Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, em associação com diferentes esferas do governo, movimentos sociais e organizações sociais e sindicais, de escolarização e capacitação permanente de famílias assentadas, nos níveis de educação básica, ensino médio, ensino superior e especialização.

**Artigo - A formação das novas gerações do mst e o curso médio técnico em agroecologia, em
Ribeirão Preto-SP.**

envolve o governo federal, por intermédio do INCRA, o MST, a UNICAMP, representada por algumas de suas faculdades, e o Centro Paula Souza.

O objetivo geral do curso é promover a formação e qualificação de jovens através da capacitação técnica e escolarização integrada de nível médio. Para tanto, integra conteúdos voltados para as singularidades dos assentamentos e comunidades de pequenos agricultores no estado de São Paulo.

O Curso Integrado Médio Técnico de Agroecologia tem duração de três anos e congrega cerca de 60 jovens. Iniciado em agosto de 2007, formará a primeira turma em agosto de 2010, com alternância entre os estudos realizados no "tempo-escola" e "tempo-comunidade", que integralizam uma carga de 3.200 horas⁹.

O curso propõe a "sólida formação teórica" e o "compromisso profissional com a realidade" como pressupostos metódicos, cujo epicentro está na pedagogia da alternância. Trata-se de uma pedagogia presente em experiências de escolas do campo, que "...buscam integrar a escola com as famílias e a comunidade...". Assim, o curso é organizado pelo princípio da alternância de períodos de atividades: o tempo-escola, no qual estudantes e professores desenvolvem as disciplinas em sala-de-aula, no Centro de Formação; tempo-comunidade, na qual os estudantes desenvolvem atividades nas comunidades onde vivem:

Com este fim, as disciplinas propostas para o curso, deverão considerar esta distribuição e propor metodologias que permitam cumprir com esta premissa da imbricação entre a experiência do aluno, a formação no curso e a interação com a comunidade. (MST, 2008, p.8).

O tempo-escola é organizado segundo atividades desenvolvidas em sala-de-aula, integrando a escolarização (disciplinas que constam do currículo do ensino médio formal) e temas de caráter econômico, social, político-ideológico-organizativo, filosófico e técnico. Ainda, integram o tempo-escola, o "tempo leitura", dedicado à leitura e estudos dirigidos individuais que, posteriormente, devem ser socializados; o "tempo trabalho", destinado para o desenvolvimento de habilidades técnicas, bem como atendimento às demandas da escola ou centro de formação no qual se realiza o curso; "tempo oficina e seminário", voltado para o debate, a

⁹Atualmente o Curso Médio Técnico em Agroecologia desenvolve-se também no Instituto de Capacitação e Pesquisa em Agroecologia Laudenor de Souza, em Itaberá, na região do Ponto do Paranapanema.

reflexão, palestras, entre outros; “tempo reflexão e escrita”, no qual os estudantes se dedicam ao registro e reflexão de suas experiências no curso; “tempo cultura e lazer”, para planejamento coletivo e realização de atividades culturais e esportivas; “tempo núcleo de base”, destinado para a auto-organização dos estudantes e do processo organizativo da escola ou centro de formação, através de discussões e encaminhamentos gerais dos estudantes; “tempo notícia”, momento de informação e reflexão acerca das notícias veiculadas pelos meios de comunicação; “tempo estudo independente”, onde o estudante desenvolve atividades ligadas a auto-organização pessoal e aos estudos individuais; por fim, “tempo de pesquisa e investigação em agroecologia”, que tem por finalidade contribuir para que os estudantes possam desenvolver habilidades e exercícios de pesquisa científica (MST, 2008, p.10-12).

Além das disciplinas que fazem parte da grade curricular do ensino médio formal, Língua Portuguesa e Literatura, Matemática, Língua Estrangeira, Educação Física, Física, Química, Biologia, História e Geografia, o curso conta com disciplinas técnicas, associadas à formação específica, Fundamentos de Agroecologia, Ecologia Agrícola e Introdução às Agriculturas de Base Ecológica, Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Projeto I, Desenho Técnico e Topografia, Agroindústria Familiar Rural, Solos e os Agroecossistemas, Agrobiodiversidade, Os animais nos agroecossistemas, Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Projeto II, Nutrição Mineral de Plantas, Práticas e Sistemas Agroecológicos de Produção Vegetal, Sistemas Agroecológicos de Produção Animal, Construções Rurais, Mecanização na Pequena Propriedade e Manejo Ecológico de Insetos-praga, doenças e plantas espontâneas, entre outras disciplinas de formação humanística geral, como Introdução à Economia, Artes, Educação e Ciência no Campo, Ação Social Coletiva, Legislação, Economia e Sociologia Política, Administração e Planejamento, Políticas Públicas, Planejamentos e Desenvolvimento Rural e Produção Regional.

Já o tempo comunidade é organizado de modo que os estudantes realizem atividades de convivência e intercâmbio com o grupo social, além de investigação, observação, organização e produção, como práticas de formação para o desenvolvimento de projetos futuros no assentamento em que vivem ou naqueles que necessitarem de seus conhecimentos. Estas atividades são acompanhadas e avaliadas pela coordenação política e pedagógica e/ou pelos coordenadores de atividades específicas do curso.

Como nas demais experiências e práticas de formação/educação do MST, o método pedagógico volta-se à construção coletiva do conhecimento, combinando as dimensões da formação humana, da consciência crítica e dos objetivos técnicos e específicos do curso e, ainda, para a realidade do estudante (educando), seu contexto imediato e para questões relativas ao espaço rural. Neste, o trabalho emerge como princípio educativo, que concilia a teoria e a prática, mas tem fundamento filosófico na identificação do sujeito e a classe social a que pertence.

**Artigo - A formação das novas gerações do mst e o curso médio técnico em agroecologia, em
Ribeirão Preto-SP.**

O curso médio técnico integrado à agroecologia é organizado de forma coletiva, assim, possui a) coletivo político-pedagógico, formado pelos membros do coletivo de educação do curso, técnicos e membros do MST, cuja finalidade é garantir as linhas políticas pedagógicas e acompanhar permanentemente os estudantes/educandos; b) coletivo da coordenação geral do curso, formado pela coordenação político-pedagógica e coordenação dos núcleos de base; c) coletivo dos núcleos de base, composto por cerca de dez educandos que realizam as atividades planejadas.

Com essa "escola", o MST procura conferir organicidade entre o assentamento e a prática educativa, garantindo ao mesmo tempo a formação humanística e profissional de alguns jovens. E o faz do ponto de vista de método e não somente técnico ou com fim imediato, uma vez que está toma as relações de produção e as formas de organização política do assentamento como princípio pedagógico. Pois é no assentamento que esses jovens devem atuar, produzir a existência, tendo como horizonte o projeto político-democrático do MST.

Para seis jovens estudantes do curso médio técnico em Agroecologia do MST, que vivem no assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto-SP, sua formação não se encerra simplesmente na profissionalização, mas alcança a capacitação técnica e político-ideológica, o despertar de uma consciência do dever perante a comunidade:

Aqui [no curso de Agroecologia] a gente vê a desigualdade social que, por exemplo, gera a monocultura de cana-de-açúcar. Se a gente só plantar cana, só plantar cana, o que é que a gente vai comer daqui uns anos? Cana? Então o curso faz a gente estudar alternativas a esse modelo para trabalhar no assentamento.

No curso [de Agroecologia] a gente aprende várias coisas sobre a terra, tipo, plantar, tratar dos animais e outras coisas. Mas a gente aprende também sobre a luta política nossa, sobre a concentração fundiária e a necessidade de reforma agrária.

Nós aprendemos sobre a nossa realidade também. Nossa realidade de fome, de miséria do nosso povo, dos nossos companheiros. E nós aprendemos a lidar com a terra de um jeito que nós não vamos passar fome e não vamos deixar ninguém passar fome.

Eu estou aprendendo uma profissão que eu nunca pensei em ter. E o melhor: não é uma coisa que é só pra mim, mas é

para minha família, no nosso lote, e também para meus companheiros, para a gente contribuir com o assentamento.

Eu tenho aula de economia, de política, nós estudamos filosofia, um monte de coisa que na escola não tem. E ainda a gente aprende uma profissão para contribuir no nosso assentamento, quer dizer, para contribuir com um monte de famílias igual a minha.

A gente estuda aqui [no Centro de Formação] para levar nosso conhecimento para dentro do assentamento, para uma comunidade inteira. Não é para eu ir trabalhar fora e me preocupar só comigo. Isso a gente aprende aqui: que a gente vive em comunidade, que a gente vai contribuir para mudar a situação de vida de muitas pessoas.

Noutros termos, os jovens não estão aderindo à lógica mercantil, predominantemente presente em nossa sociedade brasileira, de realização de interesses privados. Com isso, integram valores humanísticos, como solidariedade e cooperação, atendendo às expectativas do movimento que integram, já que estão presentes na sua concepção de formação/educação desde suas primeiras experiências.

Os jovens do assentamento Mário Lago e o futuro: à guisa de considerações finais.

Particularmente em Ribeirão Preto, diz Kelli Mafort, os jovens são considerados como grupos com potencialidades para integrar as frentes de luta do movimento, mas antes devem contribuir para construção de uma nova sociabilidade:

Às vezes na nossa fala, a gente prioriza muito mais os elementos políticos do enfrentamento, mas uma tarefa que está muito presente aqui na regional [do MST de Ribeirão Preto-SP], no [assentamento] Mário Lago, com muita força [...] é de criar espaços onde a gente possa desenvolver uma sociabilidade diferente, [...] quer dizer, de como você vai criando uma comunidade. Então, essa marca é forte. Quando a gente diz assim: "O que é que contrapõe o agronegócio?!" [...]

Contrapor o agronegócio é fazer o enfrentamento, a luta política, as ocupações e tal. Mas contrapor o agronegócio é também viver em comunidade, é criar uma vida no campo [...] Em fazer a opção de fazer parte de uma comunidade, mesmo que você não seja o mais aguerrido, o "número 1" das ocupações, mas só de você viver naquela comunidade já

significa um passo muito importante no enfrentamento [...] ¹⁰.

Assim, é preciso que os jovens se integrem à comunidade, no assentamento, junto de suas famílias ou de outros grupos com quem escolham viver. Para o movimento, o curso de Agroecologia, como parte do conjunto de ações que integram a formação cultural dos jovens, trata-se da inserção dos jovens no processo de construção/consolidação de assentamentos rurais que sejam referências econômica, política e cultural diametralmente opostos do modelo agronegócio, a partir da luta contra o arrendamento da terra, a luta pela defesa ambiental, a luta pela vida digna no campo, entre outros valores que contrapõem os interesses dominantes. Valores, aliás, presentes no repertório dos jovens:

Nossa tarefa, de todos os companheiros, é de fazer com que o assentamento produza alimentos, é que a gente defenda o aquífero guarani e não venda essas terras por nada desse mundo.

A gente tem que cuidar do assentamento, por que um dia nós vamos assumir o lote. Então, a gente tem que aprender, entender que o assentamento é nossa casa e da nossa casa a gente tem que cuidar, não é?!

O assentamento é o que a gente tem. A gente tem que preservar a natureza, cuidar mesmo do que vai ser dos nossos filhos, netos.

O [assentamento] Mário Lago é conquista do nosso povo que luta. Mas a luta não acaba aí. Agora mesmo a gente tem que construir o assentamento, reflorestar, por que o antigo dono acabou com a floresta; temos também que plantar comida para a gente ter uma vida boa.

A luta nossa não acaba nunca. Sempre vai ter gente querendo comprar ou arrendar aqui que a gente conseguiu lutando e a gente não pode deixar isso acontecer, senão, para que tanta luta, não é mesmo?!

Sabe, nós temos que pensar no futuro. Agora tem muita gente ganhando muito dinheiro explorando a natureza. Mas e o futuro?! No futuro nem comida a gente vai ter, por que

¹⁰ Kelli Mafort ... 2008.

se continuar assim nem terra para plantar nós vamos ter. E aí, nós vamos comer dinheiro?!

Além da consciência da necessidade de proteção do território que conquistaram na luta junto de suas famílias, que, entre outras coisas, revela a importância de todo processo de formação que vivem, os jovens destacam, também conscientemente, as oportunidades que têm no movimento de luta. Oportunidades que, segundo eles, são aquelas que a sociedade brasileira negou até o momento em que passaram a integrar as bases do movimento de luta, quando estavam nas cidades, desamparados, desassistidos pelo Estado, sem efetivação de direitos fundamentais:

Aqui [no MST] nós temos oportunidades. [...] Acho que lá [na cidade], se eu estivesse lá, eu não sei o que seria. Acho que até parado de estudar eu tinha, por que lá eu já nem queria mais estudar. Aqui a gente tem um futuro. Na cidade a gente não sabe o que vai acontecer hoje, muito menos amanhã. Lá [na cidade] eu não sabia nem se ia ter almoço ou não. Aqui é possível planejar as coisas, sabe?! Aqui eu estudo, penso no que eu posso fazer no futuro. Na cidade eu também pensava nisso, mas era mais sonho, entendeu?!

No movimento eu tenho onde morar, tenho serviço, tenho o que comer, tenho terra, posso estudar. O que eu tinha na cidade? Nada. Nem casa pra morar a gente tinha direito. Lá eu tinha que pensar no dia seguinte. Aqui eu posso pensar mais longe, entendeu?! Aqui dá pra pensar no futuro, né?! Eu penso sempre nisso, por que aqui a gente tem uma coisa nossa que se a gente cuidar vai ser meu futuro e até dos meus filhos, se um dia eu tiver filhos.

Na cidade eu não ia na escola, não trabalhava, não fazia nada. Aqui eu trabalho, faço curso de Agroecologia no Pau D'álho [Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara] e penso no meu futuro.

A diferença é que aqui a gente tem oportunidade, coisa que nunca teve quando vivia na cidade. Eu, pelo menos, nunca tive a oportunidade de aprender o que eu aprendo aqui e mais viver o que eu vivo aqui.

Na cidade a gente fica largado, esquecido, jogado em qualquer canto, sem casa, sem nada. Aqui, além de ter casa, poder plantar, colher, a gente aprende tudo isso e aprende que tem direitos.

**Artigo - A formação das novas gerações do mst e o curso médio técnico em agroecologia, em
Ribeirão Preto-SP.**

No curso de Agroecologia eu aprendo sobre meus direitos. Eu também aprendo sobre a terra e tudo mais, mas eu aprendi que eu tenho direitos e que tenho que lutar com meus companheiros pelos meus direitos.

Esses jovens estabeleceram uma relação afetiva com o território em que constroem sua experiência sobre a base da segurança que o assentamento oferece para que construam suas vidas; estabeleceram, também, uma relação afetiva com o grupo, com o movimento, com a luta dos sem-terra. "Libertaram-se" das amarras impostas pelas relações que estabeleciam nas cidades em que viviam das situações informais, em muitos casos, ilícitas que experimentaram. Eles valorizam o resultado de todo esforço do movimento de luta que integram, pois se reconhecem no produto da luta. Por isso estudam, trabalham, formam-se cultural, social e politicamente, de acordo com aquilo que sonham para as suas vidas, de acordo com o lugar que ocupam no movimento de luta, na família, segundo as condições que possuem.

Desse modo, esses jovens projetam o futuro junto do assentamento, embora o façam, segundo sua posição na divisão sexual do trabalho, de formas distintas.

Os homens expressam a necessidade de continuarem os esforços dos pais, cotidianamente, dando prosseguimento ao trabalho na roça. Assim, projetam um futuro arraigado ao trabalho na terra:

Eu quero continuar trabalhando e estudando para contribuir com meus companheiros e, quem sabe, trazer mais companheiros para dentro do assentamento.

Olha, eu quero mesmo é plantar arroz, feijão, mandioca, comida para o povo, né?! E ajudar meu assentamento a crescer, ficar grande, se transformar em referência mesmo.

Eu quero trabalhar com o que a gente já faz, né?! Criando um porco, uma galinha, plantando mandioca, fazendo farinha. É isso que eu quero. E eu estou aprendendo como fazer isso.

Eles estão aderindo aos princípios da família e do MST que os prepara no presente para assumirem as atividades produtivas que hoje ainda estão sob a responsabilidade dos pais. Atividades produtivas junto da terra, seja através da agricultura, da agropecuária, seja através de outras inúmeras formas de aplicação da força-de-trabalho. Vale ressaltar

que esses jovens nunca tinham desempenhado tais funções e que, no futuro, já como adultos, deverão garantir uma forma positiva de reproduzir sua existência, construir novas relações.

As mulheres, por suas vezes, planejam sua elevação intelectual, sem com isso, afastar-se da comunidade do assentamento em que vivem. Ao mesmo tempo, apresentam capacidades de elevação de sua condição enquanto mulher, quando se distanciam, prospectivamente, do lugar que ocupam na divisão sexual do trabalho, ou seja, da reprodução do papel que hoje é de suas mães ou referências maternas ou femininas no assentamento; apresentam capacidades de elevação das próprias condições de trabalho hoje desempenhado no assentamento, quando projetam a necessidade de estudar, integrando-se a cursos de graduação.

Eu estou fazendo o curso de agroecologia, porque eu pretendo ser técnica em agroecologia para eu poder ajudar todo mundo que tiver precisando aqui e não só aqui, mas em qualquer lugar, poder ajudar todo mundo do movimento. Quero me formar também em agronomia para ajudar meus companheiros.

Eu planejo acabar meu curso de agroecologia. Eu pretendo fazer faculdade de Veterinária ou de Enfermagem, quando eu acabar. Olha, eu quero ser engenheira agrônoma, para mexer com planta, animal aqui no assentamento.

Eu queria continuar estudando, o que eu ainda não sei, mas estudar, aprender a mexer com a terra, por que é a terra que vai me dar o sustento pra mim e pra minha família.

Os jovens sonham, criam utopias que, nos termos já definidos por Moisés Augusto Gonçalves (2005, p.36), devem ser vistas como “[...] construção possível [...] [:um] <<horizonte de sentido>>, a partir da ação coletiva. [Algo que] sinaliza <<outros mundos>>, perseguidos na práxis”. O movimento de luta, por sua vez, precisa renovar-se, formar novos militantes, futuros quadros dirigentes, que compreendam e vivam a luta política para que o movimento sobreviva, se reproduza e cresça na disputa política de um projeto popular-democrático de desenvolvimento do campo brasileiro. Da mesma maneira, é necessário que outros sujeitos permaneçam nos assentamentos, construindo a vida em comunidade e efetivando cotidianamente, em cada fração conquistada do território, princípios, valores, relações sociais de produção distintas das que hoje vivemos.

A opção feita pelos jovens no presente indica sua presença futura no assentamento em que vivem, junto da comunidade de lutadores e

lutadoras pela vida, seus pais, irmãos, tios, amigos, companheiros. Ao MST cabe, agora, intensificar os esforços de formação dos jovens, para que, ao longo do desenvolvimento da condição juvenil para a condição adulta, esses sujeitos consolidem e, igualmente, desenvolvam a consciência inicial que nos mostram agora até o nível, podemos dizer superior, de compreensão da necessidade de construção de outra sociedade.

REFERÊNCIAS

CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Como fazer a escola que queremos**: o planejamento. São Paulo: MST, 1995. (Caderno de Educação, n.6).

FIRMIANO, F. D. **A formação cultural dos jovens do MST**: a experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto-SP. 2009. 234f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

GONÇALVES, M. A. Repertório de lutas e utopias. In: CALADO, A. J. F. et al. (Org.). **Cidadania no horizonte do trabalho**. João Pessoa: Idéia; Caruaru: Edições FAFICA, 2005.

MILITÃO, M. do S. R. **Movimento dos trabalhadores sem terra**: observações sobre a reforma intelectual e moral gramsciana. 2008. 257f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA [MST]. **Proposta de Curso Médio Técnico Integrado à Agroecologia para famílias assentadas na Reforma Agrária**. Ribeirão Preto, 2008.

_____. Dossiê MST Escola. **Documentos e Estudos 1990-2001**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. (Caderno de Educação, n.13).

_____. **Princípios da educação no MST**. São Paulo, 1996. (Caderno de Educação n.8).

_____. **Escola, trabalho e cooperação.** São Paulo, 1994. (Boletim da Educação n.04).

_____. **A importância da prática na aprendizagem das crianças.** São Paulo, 1993.

_____. **Como deve ser uma escola de assentamento.** São Paulo, 1992a. (Boletim de Educação).

_____. **Como fazer a escola que queremos.** São Paulo, 1992b. (Caderno de Educação, n.1).

_____. **O que queremos com as escolas dos assentamentos.** São Paulo, 1991. (Cadernos de formação, n.18).

OLIVEIRA, J. B. de. Assentamento, espaço de organização. [maio. 2008]. Entrevistador: Danilo Augusto. **Jornal Sem Terra**, São Paulo, p.5, 30 maio. 2008. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/5722>>. Acesso em: 20 set. 2009.

PIZETTA, A. J. A formação política no MST: um processo em construção. **Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, Año VIII, n.22, sep. 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/EMS22Pizetta.pdf>>. Acesso em: 01 dez 2007.